

CAPA

Alvo dos governistas

"UM MILICIANO", DIZ RENAN CALHEIROS,
"NÃO SE ACHA CRIMINOSO E CONSIDERA VAGABUNDO
TODO CIDADÃO QUE O ENFRENTA"

por ANDRÉ BARROCAL





A CPI da Covid tem sido o caldeirão desde a instalação, em 27 de abril, e na quarta-feira 26 de maio não foi diferente. Após uma sessão secreta, convocou nove governadores, reivindicação dos bolsonaristas, para quem, se vamos rumo aos 500 mil mortos, a culpa é do desvio de verba por estados e municípios. Naquele dia, o vice-presidente da comissão, Randolfe Rodrigues, defendeu botar Jair Bolsonaro no banco dos depoentes, tido por ele como o suspeito nº 1 pela carnificina, em razão da aposta na imunidade de rebanho e na cloroquina e da má vontade com vacinas e isolamento social. O relator, Renan Calheiros, discordou. Considera que o regimento do Senado não permite convocar o presidente – nem governadores, aliás. E olha que tinha motivo para querer dar o troco.

Mais cedo, em conversa com fiéis no Palácio da Alvorada, o ex-capitão ressuscitou um episódio que tinha levado Calheiros a renunciar, em 2007, ao comando do Senado. Continuará ele “pagando amante com dinheiro público?”, perguntou uma fiel. “Já que você falou...”, respondeu, rindo, o presidente. Encerrada a sessão, Calheiros atendeu a tropa sempre de repórteres na CPI, enquanto voltava ao gabinete. Cerca de 40 minutos depois, sentado no 15º andar do Anexo I do Senado, comentou com *CartaCapital*: “O governo faz uma guerra política, tenta nos intimidar o tempo todo”. E a CPI vai seguir firme?, pergunta a reportagem. “Bolsonaro não vai nos intimidar.”

Vários membros da comissão têm sido alvejados pelo bolsonarismo. Rodrigues sofre com ameaças anônimas, para as quais pediu investigação da Polícia Federal, e com milícias digitais. Humberto Costa foi tachado de “vampiro” por Bolsonaro, alusão a uma acusação quando o petista era ministro da Saúde. Omar Aziz, comandante da CPI, e Eduardo Braga, ambos do Amazonas, eram os endereços

RANDOLFE RODRIGUES QUERIA JAIR BOLSONARO NO BANCO DOS DEPOENTES COMO O SUSPEITO Nº 1 DA CARNIFICINA. CALHEIROS FOI CONTRA. O REGIMENTO DO SENADO NÃO PERMITE CONVOCAR O PRESIDENTE

de comentários presidenciais sobre a importância da Zona Franca de Manaus, tirada do papel pela ditadura. É, porém, Calheiros o alvo predileto dos governistas. A turma tentou na Justiça impedi-lo de ser relator, não deixa passar uma sessão sem chamá-lo de parcial, de prejudgador, de protetor do filho Renanzinho, governador de Alagoas.

Flávio, filho senador do ex-capitão, chamou Calheiros de “vagabundo”, quando o relator pediu a prisão do ex-secretário de Comunicação Social Fábio Wajngarten, um dos depoentes bolsonaristas que mentiram à CPI. No dia seguinte, o próprio presidente repetia o ataque, em Alagoas: “Temos um vagabundo inquirindo pessoas de bem em nosso País. É um crime o que vem acontecendo com essa CPI”. Um “miliciano”, diria Calheiros depois, “acha que não é criminoso e considera que é vagabundo toda pessoa que o enfrenta”.

Aos 65 anos, o relator tem o couro grosso para enfrentar “milicianos”. Entrou na vida pública como líder estudantil em Alagoas, nos anos 1970, e está na cena política em Brasília desde a primeira eleição, após a ditadura militar da qual Bolsonaro tem saudades, em 1989. Apoiou a eleição e o governo de Fernando Collor, com quem romperia, dirigiu estatal com Itamar Franco, foi ministro com Fernando Henrique Cardoso, presidente do Senado com Lula e Dilma Rousseff, troféu cobiçado pela Operação Lava Jato. Quis

comandar o Senado de novo com Bolsonaro, em fevereiro de 2019, e até fez acordo com Flávio, mas acabou derrotado por Davi Alcolumbre, graças à ação do então chefe da Casa Civil, Onix Lorenzoni, hoje secretário-geral da Presidência, e do bloco “Muda Senado”, de fãs de Sergio Moro.

Submerso desde então, Calheiros reemergiu com tudo na CPI. “É vingativo”, anota um conhecedor do Senado. “Imagine essa CPI sem o Renan... Não seria o que é. Quem dá a cara e a credibilidade é ele”, anota uma conhecedora. O relator está na pista de crimes sanitários e contra a vida e acredita que, após um mês de trabalhos, muita coisa aponta para Bolsonaro. Para ele, o ex-capitão apostou na imunidade de rebanho por contágio – ou seja, na morte de brasileiros – e no charlatanismo da cloroquina, enquanto desdenhava das vacinas e do isolamento social. Aliás, ressalta Calheiros, desdenha até hoje, vide o fato de Bolsonaro não ter tomado injeção e aglomerar sempre que pode. “O que as pessoas querem saber é por que não temos vacina, é isso que a CPI vai mostrar”, afirma o senador.

Nas últimas pesquisas Datafolha e Vox Populi, de maio, o governo vive a pior fase, com aprovação de 24% e 22%. A intenção de voto em Bolsonaro na eleição de 2022 está em níveis parecidos. “A CPI vai promover um desgaste maior do governo”, diz Calheiros. Que arrisca um segundo prognóstico: “Lula vai crescer ainda mais”.

O petista aparece na dianteira no Datafolha (41%) e no Vox Populi (43%). Se dá bem com o senador e o espera em seu palanque no ano que vem. Um interlocutor do alagoano acha que ele sonha em voltar ao comando do Senado em um novo governo Lula. Em setembro de 2020, o petista foi visitá-lo no hospital, após Calheiros ter sido submetido à retirada de um tumor. Ao passar por Brasília no início de maio, falou por telefone com o senador. Os dois evitaram encontrar-se, para não dar



Em Brasília o pixuleco do ex-capitão

munição a (mais) ataques governistas na CPI. O que não impediu Bolsonaro de declarar, em 21 de maio, no Maranhão: “Para o ano que vem já tem uma chapa formada: um ladrão candidato a presidente e um vagabundo como vice”.

Será uma eleição, antevê Calheiros, igual à de 2018, polarizada entre Bolsonaro e o PT, sem espaço para uma terceira via, devido à canibalização dentro desse miolo e à impossibilidade de roubar eleitores bolsonaristas e lulistas. Para o relator da CPI, Lula é favorito, pois o antibolsonarismo estaria maior que o antipetismo. “A eleição de Lula seria a redenção do País”, diz. Por quê? “Porque as pessoas viam melhor.” A economia pode melhorar até a eleição, teoriza ele, mas a percepção da população não será essa, em virtude do alto desemprego, da renda estagnada. Há duas semanas, o Ministério da Economia subiu de 3,2% para 3,5% a projeção de crescimento do PIB deste ano, ao mesmo tempo que pioraram as estimativas para emprego formal e renda real.

Após 13 anos, o Nordeste, reduto eleitoral petista, deve perder para o Sul, em 2021, o posto de segundo maior centro consumidor, estimativa a IPC Marketing. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra, é do Nordeste (Pernambuco) e tem usado a CPI para pintar um cenário róseo na economia. Em debate via *web* com representantes do Banco BTG, em 26 de maio, o presidente da Câmara, Arthur Lira, outro nordestino (de Alagoas), foi em parte otimista. A propósito das pesquisas de intenção de voto, acha que são “retrato do momento”, que Lula está em seu melhor e Bolsonaro, em seu pior. Deu a entender que até a campanha o cenário mudará. “É torcida do Arthur”, tasca Calheiros.

Lira e seu neobolsonarismo são uma das explicações para a gana do relator da





"É torcida do Arthur",
segundo Calheiros



CPI contra o ex-capitão. Com o deputado e o senador em cena, ressurgiu a República de Alagoas da era Collor. O hoje senador era o líder de Collor na Câmara e rompeu com ele, devido ao apoio collorido a um rival de Calheiros na disputa para governador alagoano em 1990. O rival, Geraldo Bulhões, venceu. Mais tarde, Calheiros colaboraria com a CPI que ajudou a enterrar Collor.

Os grupos de Renan e Lira enfrentaram-se nas duas últimas eleições estaduais e tendem a repetir a dose em 2022, embora o senador não tenha desistido

**DALLAGNOL
E MORO JÁ
COMPLETARAM
TODO O SERVIÇO
SUJO CONTRA
LULA.
DERROTADOS
PELA VERDADE**

de tentar se reaproximar do deputado. A dupla papeou em 1º de maio, em Brasília, em uma feijoada na casa da senadora Kátia Abreu. Calheiros elegeu-se senador em 2010 em dobradinha com o pai de Arthur, Benedito de Lira, outro vencedor. Na disputa seguinte, fez do primogênito governador em um duelo contra Benedito, 52% a 33%. Em 2018, renovou o mandato de senador, e Benedito não, enquanto "Renanzinho" seguiria como governador, com 77% dos votos.

Renanzinho tem alguns pontos positivos a mostrar, e hoje um deles é não ser alvo de inquéritos da Procuradoria e da Polícia Federal na pandemia, para tristeza dos bolsonaristas. Não está entre os nove governadores convocados pela CPI. Em 2017, ano em que tinha o pior IDH estadual, e 2019, Alagoas levou da Confederação Nacional do Transporte o prêmio de melhor malha rodoviária. Historicamente na rabeira em indicadores educacionais, foi um dos cinco estados que superaram as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, de 2019.

Na eleição municipal de 2020, pesquisas mostravam Renanzinho, patrimônio declarado em 2018 de 1,1 milhão de reais (em 2014 eram 700 mil), com cerca de 40% de aprovação em Maceió. A capital alagoana concentra 1 milhão dos 3,3 milhões de moradores do estado e, desde janeiro, tem à frente um ex-deputado federal, João Henrique Caldas, do PSB, que foi apoiado por Lira. Na segunda maior cidade, Arapiraca, de 230 mil habitantes, venceu Luciano Barbosa, do MDB, que era vice de Renanzinho. É possível que o governador concorra ao Senado em 2022, na vaga que Collor quer manter, e aí ele e o pai terão um pepino.

Sem Barbosa, o comando do estado cairá no colo de alguém eleito pela

Renanzinho segue
as pegadas do pai

Assembleia, quando Renanzinho tiver de deixar o cargo de governador para se candidatar. O nome natural seria o do presidente da Assembleia, Marcelo Victor, do Solidariedade, que vem a ser do time de Lira. Não seria nada bom o clã Calheiros disputar a eleição contra adversários no poder estadual e em Maceió. Daí que o senador avisa: para ele, quem concorrer na eleição indireta não pode ser dirigente da Assembleia. Terá de licenciar-se, ou seja, abrir mão da caneta.

Arthur Lira tem a caneta na Câmara, o que faz dele uma barreira de Bolsonaro contra as consequências da CPI da Covid. Se o relatório da comissão propuser *impeachment*, este só anda se Lira deixar. E com a farra de verba federal para emendas parlamentares garantida no Orçamento secreto, é improvável que deixará. “Há blindagem política do governo”, diz Calheiros. Se o relatório apontar crime comum contra o ex-capitão, aí o obstáculo será Augusto Aras, procurador-geral da República, único autorizado a processar criminalmente o presidente. O mandato de Aras termina em setembro e tende a ser renovado por Bolsonaro. Para Calheiros, como a CPI terminará depois de resolvida a situação de Aras, quem sabe o “xerife” não se deixe levar pelo clima político contrário ao presidente? Aliás, a Justiça Eleitoral quebrou o sigilo comunicacional dos suspeitos de um ataque *hacker* pró-Bolsonaro e antimulheres na eleição, decisão tomada em uma ação de cassação da chapa presidencial.

A caneta nas mãos de Lira foi também motivo de membros da CPI terem sugerido a Calheiros que maneiras-se no papel de relator, conta uma testemunha dos bastidores da comissão. O deputado é, desde o começo, contra a CPI. Na véspera do início, declarou:



“Congresso não é delegacia de polícia”.

Calheiros de fato mudou o tom, tornou-se menos inquisitorial com depoentes. Foi após o testemunho de Wajngarten, em 12 de maio. O ex-secretário de Comunicação Social da Presidência fora chamado a explicar uma entrevista em que alegava ter havido “incompetência” do Ministério da Saúde na compra de vacinas da Pfizer. Calheiros pediu a prisão dele, por causa de mentiras e para servir de exemplo às futuras testemunhas. Aziz

refugou. Os dois haviam conversado antes, de forma reservada, sobre prisões, e Aziz avisara que não toparia. Otto Alencar, colega de PSD de Aziz e membro da CPI, queixa-se nos bastidores: a decisão foi “liberou geral para mentiras”.

Ernesto Araújo, ex-ministro das Relações Exteriores, e Eduardo Pazuello, ex da Saúde, deram um *show* de mentiras. Pazuello, general da ativa na corda bamba na caserna por ter ido, o que é ilegal, a um ato político de Bolsonaro, no Rio, em 23 de maio, deporá de novo. Na véspera da reconvocação, Calheiros havia comparado os bolsonaristas mentirosos a Hermann Göring, ministro de Hitler, chefe da força aérea nazista. O senador leu um trecho da Biblioteca Mundial sobre a postura de Göring no Tribunal de Nuremberg, pós-Segunda Guerra Mundial. Göring foi condenado à força e preferiu se matar antes. No trecho lido por Calheiros, foi descrito como cumpridor leal de ordens de Hitler, como alguém que disse desconhecer as atrocidades do nazismo e achar falsas as imagens de campos de concentração. “Não podemos dizer que aqui ocorreu um genocídio. Não podemos dizer ainda”, afirmou Calheiros.

Sua gana contra Bolsonaro na CPI é a mesma que o moveu contra a Lava Jato. Quando a investigação surgiu, em 2014, comandava o Senado – e, portanto, o Congresso – e sentia-se alçado a símbolo

**SUBLINHA RENAN:
“A ELEIÇÃO DE LULA
SERIA A REDENÇÃO
DO PAÍS. COM ELE
AS PESSOAS
VIVIAM MELHOR”.
E BOLSONARO
PONTIFICA: “PARA A
ELEIÇÃO JÁ TEM
CHAPA FORMADA:
UM LADRÃO
CANDIDATO
A PRESIDENTE
E UM VAGABUNDO
COMO VICE”**

LEOPOLDO SILVA/AG. SENADO E GOVAL

do que o então juiz Sergio Moro, o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e o então chefe da força-tarefa de Curitiba, Deltan Dallagnol, queriam banir. Uma espécie de “presidente do sindicato da política”, diz ele hoje. Calheiros crê ter entrado na mira antes de Lula, por quem, afirma, fez o que pôde pela reabilitação judicial. Diante da desgraça em que caiu a República de Curitiba desde as revelações das conversas secretas de Moro, Dallagnol e cia., tasca: “Primeiro Comando da Curitiba”, alusão ao PCC. Detalhe: em abril, conseguiu do Supremo Tribunal Federal acesso a todas as conversas secretas obtidas pela Polícia Federal na Operação Spoofing.

Se outros políticos não batem bumbo quando inocentados na Justiça, Calheiros bate. Repete que as acusações contra ele têm sido arquivadas uma a uma no Supremo, por falta de provas. Restam oito. Uma dessas seria delicada, diz um interlocutor de Calheiros, embora o próprio negue. É um processo no qual o senador foi tornado réu pelo Supremo em 2019, por corrupção e lavagem de dinheiro, acusado de ter pedido grana a fornecedores da Transpetro, do Grupo Petrobras, para

financiar campanhas do MDB em Tocantins e Sergipe e do PSDB em Alagoas.

Calheiros foi atrás, um a um, de seus algozes e aí a influência e os tentáculos políticos ajudaram. Janot arrumou carteirinha da OAB e queria advogar após deixar a Procuradoria? O senador uniuse ao governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, do MDB, ex-presidente da OAB-DF, e pediu a cassação da carteirinha em outubro de 2019, iniciativa que levou Janot a desistir de advogar. Dallagnol fez campanha nas redes sociais e em entrevistas contra sua eleição a presidente do Senado em fevereiro de 2019? Calheiros processou-o no Conselho Nacional do Ministério Público e conseguiu que o CNMP, fiscal dos procuradores, aplicasse a ele, em setembro de 2020, uma “censura”, punição que atrasa promoções na carreira, por exemplo.

A pedido da aliada Kátia Abreu, conseguiu que, em fevereiro deste ano, o CNMP abrisse uma reclamação disciplinar contra Dallagnol, em razão da tentativa da força-tarefa curitibana de montar uma fundação de 2,5 bilhões de reais com dinheiro da Petrobras, plano visto por Calheiros como embrião de um projeto político do

lavajatismo. O despacho no Conselho foi assinado por Luiz Fernando Bandeira da Mello, no último dia do mandato. Jurista há 42 anos, Mello estava na vaga que cabe ao Senado – agora pertence ao Conselho Nacional de Justiça, o bedel da toga. É homem de Calheiros: quando este comandou o Senado, havia sido chefe de gabinete dele, diretor-geral e secretário-geral da Casa.

Trajetória parecida com a de Bruno Dantas, desde 2014 no Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Congresso na vigilância do governo. Jurista baiano de 43 anos, Dantas foi consultor-geral do Senado com Calheiros, depois indicado dos senadores no CNMP e no CNJ. Moro uniu-se a Dallagnol e Janot contra a política simbolizada por Calheiros? Pois em fevereiro passado, Dantas resolveu investigar o *businessman* Moro, por conflito de interesses. O ex-juiz havia sido anunciado em novembro como sócio de uma consultoria americana, a Alvarez&Marsal, a abrigar clientes desgraçados por processos judiciais que corriam com Moro, como o da Odebrecht. Diante da decisão de Dantas, o juiz de falências que cuida da Odebrecht proibiu-a de pagar de honorários à consultoria. E aí os americanos passaram a dizer que Moro não era sócio, mas apenas “consultor”.

Em 26 de maio, o TCU adiou outra vez o julgamento de um relatório incriminador para Pazuello, ante a conduta do general como ministro da Saúde. Dantas já votou: a favor do relatório, em razão de “graves omissões” do general, cuja gestão no ministério “envergonha” e que pode ser medida “em números de mortos”. Palavras afinadas com o que se ouve sobre Bolsonaro na sala de Calheiros, no 15º andar do Senado. ●

Randolfe sofre com ameaças anônimas. Já pediu investigação da Polícia Federal

